

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E PÓS-ABOLIÇÃO EM IGUAÇU E MERITI

Amália Dias¹
Nielson Bezerra²

RESUMO

O presente trabalho trata da História da Educação na Baixada Fluminense durante o período de pós-abolição. Muitas famílias negras formavam a principal parte da população dessa região durante as primeiras décadas do século XX. Neste trabalho, analisamos o ambiente e os projetos escolares como uma forma de estudar as condições sociais da população negra durante este período.

Palavras-chave: Pós-Abolição; História da Educação; Famílias Negras; Baixada Fluminense.

ABSTRACT

This article is a study on History of Education in Baixada Fluminense region during the Post-Abolition period. Many black families were the majority part of the population of Baixada Fluminense long the first half of the 20th Century. In this work, we analyze school projects to understand social conditions of black people during that period.

Keywords: Post Abolition; History of Education; Black Families; Baixada Fluminense.

¹ Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

INTRODUÇÃO

O pós-abolição é um campo de pesquisa que não é delimitado apenas por um período cronológico, mas por concepções transitórias de sociedade que basearam as contradições raciais brasileiras na atualidade. Com o fim dos tempos do cativo, as heranças da escravidão perseguiram diferentes gerações que formaram a maioria das famílias negras que compõem esse país. O campesinato itinerante foi a mais acentuada interface desse processo, marcado por constantes deslocamentos e pela imigração interna no sudeste do Brasil. Na Baixada Fluminense, durante esse processo, muitas famílias negras se estabilizaram, na maioria das vezes oriundas do cativo que conheceram em Minas Gerais, Espírito Santo e no interior do estado do Rio de Janeiro. Por outro lado, também se mantiveram muitas outras famílias que já estavam na região desde os tempos do cativo, conjugando estabilização social e enraizamento cultural.

Entre 1888 e 1940, a população da Baixada Fluminense conheceu um crescimento que, de aritmético, conheceu proporções geométricas em poucos anos. Mesmo com a insalubridade das ruas, as incertezas do campesinato em um contexto de pós-abolição e a institucionalização do racismo, eram as famílias negras as principais responsáveis pelas transformações demográficas da região durante esse período. A proximidade da capital federal, a expansão da malha ferroviária, a abertura das primeiras artérias rodoviárias, os loteamentos emergentes e a permanência de sítios e chacaras ajudam a explicar um tímido processo de urbanização do território da Baixada Fluminense, mas que, nos primeiros tempos do século XX, já conhecia um forte projeto de modernização agrária. Dessa forma, diferentes ações estavam voltadas para a modernização do campo, que poderiam ser o uso de maquinários na semeadura e na colheita, bem como a construção de *park houses* para o beneficiamento da produção agrícola.

A historiografia regional da Baixada Fluminense por muito tempo destacou os investidores e proprietários de loteamentos, dos barracões de beneficiamento agrícola

e de maquinários empregados em fazendas, sítios e chácaras. Contudo, ainda há uma escassez de trabalhos sobre a população negra que trabalhava nessas atividades, ações e projetos implementados na Baixada Fluminense durante as primeiras décadas do século XX. Neste processo, muitas escolas foram fundadas e espalhadas nos distritos que formavam o grande município de Iguazu. Os instituidores e autoridades da educação ganharam algum destaque nos últimos anos, contudo, professoras e alunos negros que compartilhavam o cotidiano dessas escolas ainda não foram lembrados, suas vidas e condições sociais ainda não foram problematizadas. Este artigo, de alguma forma, tem por pretensão ser uma breve contribuição para reparar essa lacuna historiográfica na Baixada Fluminense.

ENRAIZAMENTO CULTURAL E ESTABILIZAÇÃO SOCIAL: O CONTEXTO DO PÓS-ABOLIÇÃO

Era por volta de 1925, a Escola Regional de Meriti já vivia uma perspectiva de sucesso, com as incansáveis ações de Armanda Álvaro Alberto e de seus colaboradores para implementar um projeto coletivo de Educação no oitavo distrito do já município de Nova Iguazu. Entre professores e alunos negros, durante um tempo que a historiografia convencionou chamar de pós-abolição, a população da Baixada Fluminense era formada basicamente por famílias de antigos escravos, algumas enraizadas na região desde os tempos do cativo, e muitas outras que se estabilizaram no entorno da baía da Guanabara, oriundas do interior do estado do Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo. Entre essas famílias, é possível encontrar o caso do pequeno João Pacífico, sete anos de idade, aluno regularmente matriculado na Escola Regional de Meriti. De acordo com seus relatórios anuais, era natural de Palmas, Minas Gerais; seu pai, um jovem de 30 anos, era muito forte, embora gostasse de fumar muito e beber um pouco. A sua mãe, aos 28 anos de idade, fumava cachimbo, mas não gostava de beber. Infelizmente, o reumatismo comprometia a sua saúde, pois já havia três meses que ela se encontrava de cama. Como de hábito nas famílias negras do pós-abolição, os avós do pequeno João Pacífico também viviam na mesma pequena casa de sapé de pavimento térreo, sem fossa e pouco arejada. Como

de costume, todos viviam apertados pelo pouco espaço e pelas dificuldades em viver em uma região insalubre e com poucas oportunidades, no âmbito de uma sociedade marcada pela desigualdade social herdada de um passado escravista recente (BEZERRA, 2012, p. 183).

Alguns anos antes da chegada da família de João Pacífico a Meriti, já havia outras famílias que viviam na região, cujos membros antigos tinham sido escravos nas fazendas de produção de alimentos existentes no entorno da Guanabara desde os tempos da escravidão. Era o caso, por exemplo, da família de Carlos Manoel de Assunção, casado com Carolina Rosa dos Santos, que, no ano de 1897, batizou o pequeno Joaquim, tendo como padrinhos Joaquim Maria dos Reis e Maria Joaquina dos Santos. Uma entre as várias famílias que se formaram na Fazenda Santa Cruz, no âmbito da antiga freguesia do Pilar, que, por conta da reforma administrativa de 1891, passava a fazer parte de um dos distritos de Iguçu. Não obstante, é possível identificar a presença de outras famílias que batizaram seus filhos naquele mesmo ano, cujos registros nos ajudam a perceber certo enraizamento cultural de pessoas egressas do cativeiro, mas que permaneceram em Meriti e em seu entorno durante o período de pós-abolição.

Quadro 1 Assentos de Batismo. Freguesia do Pilar, 1897

Ano	Criança	Condição	Local	Pai	Mãe	Padrinho	Madrinha
1897	Joaquim	Legítimo	Pilar	Carlos Manoel Assunção	Carolina Rosa dos Santos	Joaquim Maria dos Reis	Maria Joaquina dos Santos
1897	Victalina	Natural	Pilar	XXX	Antonia Soares da Silva	Francisco Soares da Silva	Elvira Correa de Mattos
1897	Francisco	Natural	Pilar	XXX	Rita Luiza da Conceição	Francisco Vieira Netto	Rita da Conceição Netto
1897	Severiano	Natural	Pilar	XXX	Eufrásia Joaquina Botelho	Luiz Antonio d'Araujo	Felizarda Pereira da Silva
1897	Manoel	Natural	Pilar	XXX	Lucrécia Alves da Conceição	José Teixeira da Conceição	Antônia Drotheia da Conceição
1897	Felix	Natural	Pilar	XXX	Eulídia Maria das Neves	Bonifácio da Conceição	Genoveva da Conceição
1897	Ambrósio	Natural	Pilar	XXX	Maria Ritta da Assunção	Alfredo da Silva	Genoveva Isabel da Conceição
1897	Carina	Natural	Pilar	XXX	Maria Rosa dos Passos	Francisco Borges de Carvalho	Laurinda Justina da Conceição
1897	Joaquim	Natural	Pilar	XXX	Maria Rosa dos Passos	Paulino Ribeiro	Geraldina Ribeiro
1897	Etelvina	Natural	Pilar (so residente)	XXX	Isabel da Coneyção	Guilherme Maia	Ana Alexandrina de Araujo

Fonte: Arquivo da Diocese de Duque de Caxias. Livro de Batismo de escravos. Freguesia de Nossa Senhora do Pilar (1897)

No quadro acima, com exceção de Isabel da Conceição (no assento de batismo de sua filha Etelvina), todos os demais, além de residentes, também são naturais da freguesia do Pilar. Por certo, esse seria o caso de pessoas que tinham se estabelecido na freguesia antes do fim da escravidão, por conta do tráfico regional. Mas o fato das outras mães aparecerem como “naturais” da freguesia do Pilar, nove anos depois da Lei Áurea, demonstra bem a ideia de enraizamento da população de cor no pós-abolição. Aquelas famílias negras, que continuavam vivendo basicamente do campesinato, se mantiveram no mesmo lugar que já viviam durante os tempos de cativeiro, pois, entre outras razões, tinham vínculos com a terra, com as pessoas e com os laços de sociabilidade já estabelecidos desde gerações anteriores.

Ainda é preciso chamar atenção para o assento de Severiano, filho natural de Eufrásia Joaquina Botelho, cujos padrinhos foram Luís Antônio de Araújo e Felizarda Pereira da Silva. Utilizando as ferramentas de busca em assentos anteriores, também registrados no mesmo livro, foi possível identificar uma Eufrásia Crioula, escrava de Joaquim da Silva Botelho, batizando sua filha Hortência em 1874³. Em ambos os casos, os seus filhos eram naturais, sem o nome do pai registrado. Contudo, no caso do assento de Hortência, a madrinha foi descrita apenas como “Devoção”, enquanto o padrinho era o escravo Luis, de Pedro José Botelho. Não é possível afirmar com toda a certeza que o escravo Luis era o pai se passando como padrinho. Antes de 1888, são poucas as crianças legítimas, apresentando apenas o nome das mães e padrinhos nos assentos. Isso não significava a cotidiana ausência do pai. De todo modo, mesmo que o escravo Luis não fosse o pai de Hortência, por certo que se constituía um laço entre aquelas duas pessoas. Além da mãe, eram Luís e a “Devoção” os responsáveis por Hortência, uma ingênua, de acordo com a Lei do Ventre Livre.

Após ter listado os dez primeiros assentos de batismo do Pilar, após a abolição da escravidão, e ter encontrado Eufrásia, podendo fazer uma relação com a mesma pessoa nos assentos da época do cativeiro, o exercício de busca foi ampliado para os assentos posteriores aos de 1897. Eu desejava saber se ela tinha mantido residência no Pilar ou se tinha se retirado para outro lugar após a virada do século. Afinal, segundo a historiografia regional, esse era um momento de crise e de

³ Arquivo da Diocese de Duque de Caxias. Livro de Batismo de Escravos. Assento 56 (1874). Pilar, 1871-1934.

abandono da região. Ao contrário do que se tem afirmado, em 1900, Eufrásia Botelho (não aparece Joaquina como nome do meio) batizava na matriz do Pilar o seu filho natural Benedicto, cujos padrinhos foram José Maria do Espírito Santo e Joana Francisca. Contudo, nesse caso o assento diz que Benedicto teria nascido em Iguaçu, embora também afirme que Eufrásia continuava morando no Pilar.

No pós-abolição, a lavoura continuou como a principal atividade da população negra. A escravidão deu lugar a outras modalidades de exploração do trabalho. O campesinato assalariado e as meações juntavam-se aos sitiantes e posseiros. As famílias de pequenos agricultores tornaram-se ainda mais comuns na região, evidenciadas pela maior presença de filhos registrados com o reconhecimento paterno, tanto nos livros eclesiásticos, como nos assentos cartoriais. Esses indícios oferecem regularidades, experiências compartilhadas e modos de vida semelhantes que contribuem para a caracterização da Baixada Fluminense durante aquele período.

Assim como não era apenas uma família que vivenciou o “enraizamento cultural” na Baixada Fluminense, não foi apenas o pequeno João Pacífico e sua família negra que saíram de diferentes regiões do cativo para vivenciarem a “estabilização social” na região. Carlos Eduardo Costa (2011) apresenta conclusões importantes de pesquisa acerca de parte da população que afluiu para a Nova Iguaçu entre as décadas de 1920 e 1940. Ao recuperar as experiências dos egressos do cativo e de seus descendentes no pós-abolição, na região do Vale do Paraíba fluminense, Carlos Eduardo Costa identifica a migração de negros, pretos e pardos, da região de Vassouras para a região de Iguaçu, no auge da citricultura. Sua pesquisa abarca também um quadro do perfil populacional. Pelos registros civis de nascimentos e óbitos, foram constatadas a fixação e a permanência destes migrantes pardos e pretos em Nova Iguaçu, assim como as de nordestinos e estrangeiros.

No Vale do Paraíba, parte das estratégias dos ex-escravos foi manter-se nas antigas fazendas de café, continuando suas experiências de roçado. Essa ambição era alimentada pela perspectiva de garantir a moradia e os vínculos da família que, trabalhando junto na produção, garantia também relativa autonomia. Os proprietários precisavam manter a mão de obra para a cultura dos cafezais. Contudo, a diversificação da produção e a abertura de áreas para o eucalipto e a pecuária iam

atribuindo outros usos ao solo e diminuindo a demanda por trabalhadores no Vale do Paraíba nas primeiras décadas republicanas (COSTA, 2011, p. 4).

Nesse sentido, cabe considerar que o “mundo rural, da Primeira República, era novo para todos, principalmente para ex-escravos e ex-senhores” (COSTA, 2009a, p. 3), o que incitava novas experiências do mundo do trabalho e no emprego da população e do território. Os conflitos entre trabalhadores rurais e proprietários motivaram a migração, o deslocamento dos ex-escravos e seus descendentes, em busca de novas condições de sobrevivência e trabalho. Cabe ressaltar, contudo, que a migração foi uma estratégia autoral destes grupos, como um dos recursos de construção da liberdade (COSTA, 2008, p. 26). A investigação sobre os destinos de migração de egressos de cativos e descendentes de escravos da região do Vale do Paraíba para outras regiões do país, entre 1850 e 1959, revela um crescimento expressivo do quantitativo de pessoas que afluíram para a Baixada Fluminense entre as décadas de 1910 e 1930 (COSTA, 2011, p. 2).

Na análise dos registros civis de nascimento e óbito feitos em cartórios de Iguazu, e mantendo a categoria inscrita nas fontes de identificação da cor como preto, pardo e branco, descobre o autor “a presença expressiva da população de pretos e pardos buscando os registros civis de nascimento e de óbitos, entre os anos de 1889 e 1940” (COSTA, 2011, p. 7). O incentivo governamental aos registros é constante no período. Alterações na legislação removiam empecilhos como a cobrança de taxas ou pagamento de multas por registros tardios. O crescimento no número de registros de pretos e pardos representava, também, a busca pela legitimação da família e da condição de cidadania batalhada por esses sujeitos no pós-abolição (COSTA, 2011, pp. 8-9). Pelas informações acerca das regiões de origem, pessoas advindas de estados do Nordeste do país e do estrangeiro (principalmente portugueses, italianos e espanhóis) também caracterizaram, em grande número, a migração ocorrida na região (COSTA, 2011, p. 16).

Neste sentido, Carlos Costa argumenta que, além dos motivos que forçavam a saída dos ex-escravos do Vale do Paraíba, a citricultura em Iguazu atraiu esses migrantes e possibilitou modos de permanência desses egressos do cativo e seus descendentes. A reorganização da estrutura fundiária promovida pela citricultura, com

os arrendamentos, o trabalho em chácaras e os loteamentos, pode ter facilitado a fixação desses trabalhadores migrantes na região.

Dessa forma, a década de 30 tornou-se um dos momentos definidores da situação de pretos e pardos no Estado do Rio de Janeiro. O avanço urbano do Município de Nova Iguaçu possivelmente permitiu aos ex-escravos e, principalmente, aos seus descendentes uma maior diversificação dos arranjos de trabalho, assim como, o progresso nas questões trabalhistas, seja nas melhores condições, seja na regularização dos ofícios. Esses elementos podem, também, ter contribuído para a estabilização de pretos e pardos no Município de Nova Iguaçu (Costa, 2009a, p. 9).

A migração foi uma “estratégia social” elaborada pelos ex-escravos do Vale do Paraíba, em função das novas experiências de sobrevivência e trabalho surgidas no pós-abolição: “Inicialmente, as migrações estão inseridas na relação campo-campo, porém, ao longo da década de 20 para a de 30, os contextos se modificam ainda mais, dando início a uma migração de caráter definitivo – sendo, agora, dentro de uma relação campo/cidade” (COSTA, 2009a, p. 10).

RETRATOS DA MODERNIDADE?

Nesse período, por ocasião do aniversário de centenário do município, em 1933, o prefeito encomendou uma coleção de imagens de escolas e estradas. Os pesquisadores da região referem-se ao conjunto de fotografias como “Coleção Arruda Negreiros”. Percorrendo os acervos do Instituto de Pesquisas Históricas e Análises Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB), do Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu (IHGNI) e de particulares, foi possível reunir e digitalizar 76 fotografias de escolas.

Esse conjunto não é o acervo completo de fotografias de escolas. Não houve acesso ao conteúdo do álbum na sua integridade. Em algum momento, o álbum foi desfeito, as fotos foram distribuídas, pelo que se pode notar, conforme a área de atuação desses pesquisadores e instituições. Assim, fotos de escolas do distrito-sede ficaram com o Instituto Histórico e Geográfico de Nova Iguaçu, fotos de escolas de São João de Meriti foram depositadas no Instituto de Pesquisas Históricas e Análises

Sociais da Baixada Fluminense (IPAHB). Não foi descoberto se a prefeitura, ou outro pesquisador, possui outra edição ou cópia da coleção. A data das fotografias é atribuída ao período entre 1932 e 1933, em função do centenário de fundação da vila ter ocorrido em janeiro de 1933, e pelo cruzamento com informações de outras fontes de pesquisa.

A fotografia, tal como qualquer registro instrumentalizado como fonte pelo historiador, precisa ser problematizada e interrogada. Recompôr a origem e trajetória do acervo, e as possíveis imbricações com outros documentos ou fotografias, ampliam as possibilidades de uso para além de insuficientes, e, por vezes, inadequados, recursos de ilustração (MAUAD, 2009, p. 254). Na recuperação do circuito da produção social das fotografias da Coleção Arruda Negreiros, identifica-se que, produzidas para compor os festejos pelo centenário da Vila de Iguazu, em 1933, são resultado de um processo de construção de sentido (MAUAD, 2004, p. 27). A fotografia, na ótica da administração municipal, foi utilizada com um recurso para “monumentalizar” e “documentar” as realizações no município. O registro de escolas e estradas explicitava os esforços presentes pela escolarização da população e pelo desenvolvimento de uma infraestrutura que viabilizasse o transporte da produção e de trabalhadores dos laranjais.

Interessa investigar o que as fotografias deixam entrever sobre as escolas em Nova Iguaçu. A identificação de quais escolas pertenciam ao distrito-sede ou aos outros distritos foi iniciada a partir da legenda manuscrita em cada uma das 76 fotografias. As legendas, nem sempre precisas, informam o tipo de escola, o nome, a localidade, como, por exemplo, “Escola Desembargador Eloy Teixeira, Queimados”.⁴ O recurso a informações mais precisas, para escolas que possuíam documentos no Fundo Departamento de Educação, completou este mapeamento.

Ensaando uma análise de como o espaço é recortado nas fotografias, à luz das categorias do rural e do urbano, algumas questões emergiram. As observações foram feitas a partir da leitura da sequência das fotos do distrito-sede, reunidas em um conjunto, e das escolas das demais localidades do município, alocadas em outra sequência. Para as 39 fotografias de escolas do distrito-sede, 23 apresentam os alunos

⁴ Fotografia. Acervo do IHGNI.

uniformizados. Das 37 imagens das demais escolas do município, apenas 11 apresentam alunos uniformizados.

A sequência de escolas do distrito-sede apresenta uma variação maior do tipo de escolas: há o Grupo Escolar, o Ginásio Leopoldo, escolas noturnas, e também escolas mistas, municipais e estaduais. Nas fotografias de outras localidades do município, predominam escolas públicas mistas, estaduais e municipais. As fotos do distrito-sede e das demais localidades não são tão distintas no que concerne aos aspectos da paisagem. A presença de árvores e plantas, o chão batido, tudo isso em torno do prédio da escola, caracterizam ambos os conjuntos. Outras fotografias, do centro do distrito-sede de Nova Iguaçu, também demonstram que os poucos equipamentos urbanos existentes coexistiam com os laranjais. Até uma laranja integrou o cenário de uma fotografia de escola do distrito-sede:

Figura 1 – Fotografia da Escola Municipal Andrade de Araújo



Escola mista - Andrade de Araújo - (Municipal)

Fonte: Acervo IHGNI, Coleção Arruda Negreiros

O enquadramento realizado pelo fotógrafo demonstra pouca preocupação com as margens da fotografia. Partes de árvores, de paredes, de objetos, e pessoas que observavam a fotografia sendo tirada foram algumas vezes incorporados à foto. Em alguns casos, as crianças e professores foram dispostos à frente de muros ou abaixo de árvores.

Figura 2 – Fotografia da Escola Dr. Tavares Guerra, em São João de Meriti



Fonte: Acervo IPAHB, Coleção Arruda Negreiros

Figura 31 – Fotografia da Escola Mista n. 16



Fonte: Acervo IPAHB, Coleção Arruda Negreiros

Algumas fotografias também suscitam a impressão de que o fotógrafo estava numa posição pouco confortável, entre galhos e matos, no meio da rua...

Figura 42 – Fotografia da Escola mista n. 26, em Vila Rosaly



Fonte: Acervo IPAHB, Coleção Arruda Negreiros

Contudo, o que é mais notável são os sujeitos que aparecem nessas fotos. Pois são os sujeitos que representam a “escola”, e não uma arquitetura específica ou nomes em fachadas. Professoras negras, professoras brancas, alunos e turmas uniformizados, alunos e turmas sem uniforme. Escolas em prédios, escolas em quintais. Alunos que aparentam mesma idade numa mesma turma, alunos e alunas, posando juntos, das mais diferentes idades. Algumas fotografias apresentam escolas com grande contingente de alunos se comparadas a outras fotos, com poucos alunos em volta da professora. Essa diversidade aparente nas fotografias remete à questão da coexistência de diversos tipos de organização dos espaços, tempos, saberes e sujeitos da escolarização.

Nas escolas primárias retratadas, públicas ou subvencionadas, mistas, femininas ou masculinas, o perfil racial da população escolar atesta a presença da população negra na região. Estudos anteriores sobre os processos de escolarização em Iguaçu, no século XIX, já discutiam a presença de crianças negras e pardas matriculadas nas escolas da região (GUEDES, 2009; 2012). A questão do acesso e permanência dessa população nas escolas primárias tem suscitado amplo debate na historiografia da educação sobre as possibilidades de instrução dessa parcela da população, numa sociedade hierarquizada pela escravidão. Novos estudos em história da educação têm possibilitado conhecer e refletir sobre os debates, entraves e iniciativas para o ingresso de negros nas escolas, como alunos ou professores, desde o século XIX (FONSECA,

2009; GONDRA; SCHUELER, 2008; MÜLLER, 2008; SCHUELER, 1997; SILVA, 2000; 2007; VEIGA, 2008)

Para a história da Baixada Fluminense, que já é contemplada com uma significativa produção acadêmica, a problematização dessas imagens permite observar aspectos da população do território que, muitas vezes, não foram debatidos pela historiografia mais tradicional da região. Se, para os anos 1920 e 1930, os estudos sobre Iguaçu procuram enfatizar a importância da produção agrário-exportadora do município para a economia do Estado, expondo fontes sobre a produção de laranjas e a prosperidade dos proprietários de terra e comerciantes locais, pouco se sabe sobre os trabalhadores que para a região migraram em busca de trabalho.

A ESCOLA REGIONAL DE MERITI: MODELO CIVILIZATÓRIO DO PÓS-ABOLIÇÃO

A Escola Regional de Meriti foi fundada em 1921. As pesquisas sobre essa escola já são numerosas, apresentando diferentes abordagens, embora haja certa ausência de estudos que tenham privilegiado a contextualização da escola durante um período imediatamente posterior ao fim da escravidão no Brasil (MINOGT, 2001; SANTOS, 2008; SILVA, 2008). Essa questão se acentua quando se percebe a presença de maioria de alunos e alunas negras entre os seus estudantes, quando também se nota a presença de professoras negras entre os agentes e sujeitos daquela escola.

Figura 5 – Fotografia da Escola Regional de Meriti, década de 1920



Fonte: Acervo do Instituto Histórico de Duque de Caxias

A Escola Regional de Meriti não foi a primeira escola instituída para atender aos alunos negros daquela localidade durante o período de pós-abolição. De fato, ainda no século XIX, já havia escolas públicas na então freguesia de Meriti. Segundo Jordânia Guedes, o professor Augusto da Costa Barreto foi admitido no cargo de professor interino na escola pública de primeiras letras para meninos em Merity no ano de 1851. Em 1851, a esposa do mesmo professor de meninos, a também professora Maria Augusta da Costa Barreto, recebeu autorização da Diretoria Geral de Instrução Primária da Província do Rio de Janeiro para abrir uma escola particular para meninas na mesma localidade (GUEDES, 2012). Em 1911, a 11ª Escola Estadual do Município de Iguaçu estava localizada no distrito de Meriti. Em 1926, havia a Escola Estadual Cordélia Adelino Paiva (para meninos) e a Escola Estadual Lupércia Peçanha (para meninas) também no distrito de Meriti (DIAS, 2014, pp. 93-100).

Júlio dos Santos afirmou que a fundação da Escola Regional de Meriti foi uma experiência sanitária e educativa no que ficou conhecido como “sertão próximo”. Muitos dos colaboradores da fundadora da escola eram médicos, professores e engenheiros envolvidos no projeto de modernização e salvamento do país, e consideravam a “doença” e a “ignorância” os principais males do Brasil. Para o autor, a proximidade de Meriti com a capital federal facilitava que os educadores e sanitaristas pudessem ter o seu “laboratório” para sanear e educar o sertão do Brasil, sem que fosse necessário se ausentar da vida social e política carioca (SANTOS, 2008). De acordo com Vilma da Silva, Meriti era uma região tipicamente rural e completamente necessitada das iniciativas do poder público. Nesse contexto, um grupo de intelectuais da capital federal, sob a liderança visionária de Armanda Álvaro Alberto, fundou uma escola que serviria não apenas para ensinar a ler, escrever e contar, mas como um instrumento de desenvolvimento social, cultural, político e econômico da região. Neste sentido, a educação seria praticada através do ponto de vista e do interesse do aluno, assegurando o amadurecimento do indivíduo através do estímulo ao conhecimento, à cooperação e à liberdade (SILVA, 2008).

Há uma boa coleção de fotografias da Escola Regional de Meriti. Na figura anterior, é possível destacar as relações pedagógicas que a escola elaborava

com o cotidiano da comunidade onde ela estava inserida. Contudo, ainda não houve grande contundência em caracterizar esse cotidiano em um contexto do pós-abolição. Aquelas crianças, em sua maioria, eram filhos das famílias negras egressas do cativeiro por conta da lei de 1888. Com isso, é possível perceber uma preocupação modernizadora, voltada para a qualificação daquelas pessoas em uma perspectiva civilizatória, sem qualquer preocupação com os valores da população negra, mas capaz de dar conta de um “embranquecimento republicano”.

A figura 5 evidencia uma atividade lúdica, entre as muitas outras experiências pedagógicas propostas pela equipe da Escola Regional de Meriti. Contudo, nesta e em outras fotografias, é possível identificar crianças negras e, em alguns casos, professoras negras, mesmo que fossem professoras leigas. Portanto, não há qualquer dúvida sobre a importância da Escola Regional de Meriti, sobretudo no que se refere aos avanços dos métodos educativos para a época. Entre as iniciativas da escola, o pioneirismo no oferecimento de merenda escolar, sem dúvida, precisa ser reconhecido.

Além da merenda, a Escola Regional de Meriti também se notabilizava pela inclusão de atividades extraescolares e de socialização dos alunos e pais da escola. Entre essas atividades, havia aulas de trabalhos manuais, como marcenaria e jardinagem, a organização de uma biblioteca pública, de uma cozinha coletiva, de um museu, entre outras. Contudo, no original projeto pedagógico da escola, chama a atenção a previsão da realização de “ginástica sueca” por parte dos pequenos alunos de Meriti.⁵ No Relatório Anual de 1921, Armanda Álvaro Alberto indicava que a ginástica sueca era um dos pontos do programa escolar que não tinham sido realizados. Considerando todo o contexto do relatório, entre outras coisas, “a falta de assistência médica” e as condições de saúde das crianças eram os principais problemas que implicavam no pleno sucesso da iniciativa que estava terminando o seu primeiro ano de existência (Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Escola Regional de Meriti. Relatório Anual. Pasta 1 A, 1920-1931).

⁵ A ginástica sueca foi criada por Per Henrik Ling (1766-1839) e consiste em uma sequência de 164 movimentos que visam o desenvolvimento motor e cognitivo da sociedade. Essa atividade se divide em quatro partes: pedagógica, militar, médica e estética.

As resistências e recusas eram cotidianas, dado que, muitas vezes, a proposta pedagógica de ensino daquela escola não considera os interesses e perspectivas que a população negra tinha com a efetivação da matrícula escolar de suas crianças:

Incontáveis tropeços de outra ordem surgem quase diariamente de que resultam às vezes sérios prejuízos. São-nos opostos pelas famílias: pais que exigem que seus filhos levem cartilhas de leitura para “estudar em casa”, outros que não compreendem porque a limpeza e arrumação da escola não de ser confiados aos alunos, outros que se aborrecem porque levamos ou aconselhamos a ida ao Posto Médico aos doentes, outros que não mandam as crianças às aulas, aos sábados, dia consagrado aos trabalhos manuais e ao desenho (...) dessas dificuldades é um não acabar mais. Contudo, estamos aqui para educar, portanto, para vencê-las, convencendo pouco a pouco a todos da razão de ser de nossas determinações (Instituto Histórico da Câmara Municipal de Duque de Caxias. Escola Regional de Meriti. Relatório Anual. Pasta 1 A, 1920-1931).

Os tropeços e prejuízos não passavam de reivindicações que a população de cor realizava desde o tempo da escravidão. Após a abolição, qualquer situação que pudesse remeter ao cativeiro por certo seria recusada e abandonada por aquelas pessoas que ainda tinham a memória da escravidão na dor que carregavam no corpo e nos seus sentimentos. Os valores civilizatórios previstos nas atividades e no planejamento pedagógico da escola muitas vezes não atendiam aos valores e aos interesses da população de cor. “Arrumação” poderia facilmente ser confundida com trabalhos domésticos, uma modalidade de exploração do trabalho da população negra que se manteria como uma condição estrutural na sociedade brasileira. Do mesmo modo, era preciso que as crianças pudessem levar e manter seus livros em casa. Um caderno ou um livro escolar, muitas vezes era o único símbolo de que as novas gerações teriam um futuro diferente do triste passado vivenciado por aquelas famílias. Sem falar que era necessário exercer o gosto da propriedade. Poder levar a cartilha tinha um valor simbólico para aquelas pessoas que ainda sentiam o peso da escravidão, dado o pouco tempo que a Lei Áurea havia sido assinada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A História da Educação e o Pós-Abolição são temas que ainda precisam ganhar melhores considerações pelos estudiosos da Baixada Fluminense. É preciso um olhar mais atento para as professoras e os alunos e alunas negras que faziam parte das comunidades daquelas escolas, tornando-se agentes cotidianos daquele contexto. Por falar em contexto, era um tempo em que a Baixada Fluminense vivia ante uma transição entre o rural e o urbano, uma modernização das relações agrícolas com a criação de *Park Houses*, Núcleos Coloniais e a mecanização das atividades do campo. Entretanto, essa modernização também passava pelas precárias condições de ensino das diferentes escolas que já existiam na região, algumas delas com propostas pedagógicas que ainda precisam ser estudadas, outras com proposta de ensino bem avançadas para aquele momento, como era o caso da Escola Regional de Meriti.

No contexto de pós-abolição, havia tensões da população negra com as ideias de modernização e com os marcos civilizatórios impostos sobre aquelas pessoas. Uma família que até a geração anterior tinha conhecido a escravidão, ter crianças nas escolas era um fio de esperança de uma transformação geracional daquelas condições sociais. Contudo, esse processo não foi elaborado para atender àquelas famílias negras, mas, sobretudo, atender aos interesses das classes sociais de proprietários e comerciantes que haviam se instalado na região. Neste sentido, acreditamos que o trabalho aqui apresentado dá continuidade ao debate já aberto em trabalhos anteriores, que chama a atenção para as pessoas que se estabilizaram na Baixada Fluminense que, somando-se àquelas famílias que já estavam ali enraizadas, formaram a população negra da região durante o período do pós-abolição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEZERRA, Nielson Rosa. *As chaves da liberdade: confluências da escravidão no Recôncavo do Rio de Janeiro, 1833-1888*. Niterói: EdUFF, 2008.

_____. *Escravidão, Farinha e Comércio no Recôncavo do Rio de Janeiro, século XIX*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2011.

_____. *A Cor da Baixada: Escravidão, Liberdade e Pós Abolição no Recôncavo da Guanabara*. Duque de Caxias, RJ: APPH-CLIO, 2012.

_____. *A historiografia tradicional e a invisibilidade da escravidão na Baixada Fluminense*. Duque de Caxias, RJ, 2014 – mimeo.

FONSECA, Marcus V. *População negra e educação: um perfil racial das escolas mineiras no século XIX*. 1. ed. Belo Horizonte: Ed. Mazza, 2009.

COSTA, Carlos Eduardo Coutinho. *Campesinato negro no pós-Abolição: migração, estabilização e os registros civis de nascimentos. Vale do Paraíba e Baixada Fluminense, RJ. (1888-1940)*. Rio de Janeiro, 2008. Dissertação de Mestrado, PPGHIS/UFRJ. Disponível em http://teses2.ufrj.br/Teses/IFCS_M/CarlosEduardoCoutinhodaCosta.pdf. Acessado em 15/07/2011.

_____. O mundo rural no pós-Abolição: a participação política de ex-escravos e de seus descendentes durante a Primeira República. Valença e Nova Iguaçu (1888-1930). Projeto de Pesquisa, 2009a. Disponível em: http://arshistorica.ifcs.ufrj.br/jornadas/IV_jornada/IV_14.pdf. Acessado em 15/7/2011.

_____. O mundo rural no pós-Abolição: a participação política e o processo migratório de pretos e pardos no Brasil: Nova Iguaçu e Valença, RJ (1888-1940) . CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 4, 2009. Maringá, 2009b. Disponível em: <http://www.pph.uem.br/cih/anais/trabalhos/440.pdf> . Acessado em 15/5/2012.

_____. Migração? Para a Favela não!: a experiência da população preta e parda na região metropolitana do Rio de Janeiro, Vale do Paraíba e Baixada fluminense, RJ. (1888-1940). SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. *Anais*. São Paulo: ANPUH julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307447732_ARQUIVO_CarlosCosta\(anpuh_2011\)rev.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1307447732_ARQUIVO_CarlosCosta(anpuh_2011)rev.pdf)

DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916-1950)*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2014.

GOMES, Flávio dos Santos. *História de quilombolas: mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro, século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONDRA, José (org.); SCHUELER, Alessandra. *Educação, poder e sociedade no império brasileiro*. São Paulo: Cortez, 2008.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *Escolas no Recôncavo da Guanabara: história do processo de escolarização no município de Iguassú (1833-1862)*. Rio de Janeiro, 2009. Monografia. Faculdade de Educação, UERJ

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz. *Cenário do processo de escolarização do Recôncavo da Guanabara: a história de Iguassú (1833-1858)*. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

GUEDES, Jordânia Rocha de Queiroz; GONDRA, José Gonçalves. No Recôncavo da Guanabara: apontamentos sobre escolas, mestres e alunos na Vila de Iguassú (1838-1860). *Revista Educação em Questão*, Natal, v. 36, n. 22, pp. 139-162, set.-dez. 2009.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia e história: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVES, Nilda (orgs.). *A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Ver e conhecer: o uso de imagens na produção do saber histórico escolar. In: ROCHA, Helenice; GONTIJO, R.; MAGALHAES, M. S. (orgs.). *A escrita da história escolar: memória e historiografia*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2009.

MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. *Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

MÜLLER, Maria Lúcia Rodrigues. *As construtoras da nação: professoras primárias na Primeira República*. Niterói: Intertexto, 1999.

_____. *A cor da escola: imagens da Primeira República*. Cuiabá: Entrelinhas; Ed. UFMT, 2008.

SANTOS, Júlio César Paixão. Cuidando do corpo e do espírito num sertão próximo: a experiência e o exemplo da Escola Regional de Meriti (1921-1932). Dissertação de Mestrado em História das Ciências e da Saúde. Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, 2008.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Aprender com perfeição e sem coação: uma escola para meninos pretos e pardos na Corte*. 1ª. ed. Brasília: Editora Plano, 2000.

_____. *Processos de construção das práticas de escolarização em Pernambuco, em fins do século XVIII e primeira metade do século XIX*. Recife: Editora Universitária UFPE, 2007.

SILVEIRA, Jorge Luís Rocha da. *Transformações na estrutura fundiária do município de Nova Iguaçu durante a crise do escravismo fluminense (1850/1890)*. Niterói, 1998. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense.

SILVA, Vilma Correa Amâncio. Um caminho inovador: o projeto educacional da Escola Regional de Merity (1921-1937). Dissertação de Mestrado em Educação. Universidade Federal Fluminense, 2008.

VEIGA, Cynthia Greive. *Escola pública para os negros e os pobres no Brasil: uma invenção imperial*. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 39. set.-dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782008000300007&lng=en&nrm=iso> . Acessado em 10 jan. 2010.

Recebido em 03 de maio de 2016.

Aceito em 27 de junho de 2016.